

A. I. Nº - 210943.0004/09-6
AUTUADO - EMPRESA BRASILEIRA DE QUARTZO LTDA.
AUTUANTES - CARLOS LÁZARO DE ANDRADE
ORIGEM - IFMT – DAT/METRO (POSTO FISCAL HONORATO VIANA)
INTERNET - 21.03.2011

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0038-05/11

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO. PAGAMENTO DO DÉBITO COM DESISTÊNCIA DA DEFESA. Extinção do processo administrativo fiscal Pagamento do débito, Reconhecimento das infrações pelo contribuinte após a protocolização da impugnação administrativa. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração, lavrado em 02/10/2009, no trânsito de mercadorias para exigir ICMS, no valor de R\$ 928,20, com a seguinte imputação: “Falta de recolhimento do ICMS em operação com mercadorias enquadradas no regime de diferimento em situação onde não era possível a adoção do referido regime, desacompanhada de DAE ou Certificado de Crédito”. Saída de quartzo, via Nota Fiscal nº 509, para destinatário não habilitado no regime. Aplicada a multa de 60%, prevista no art. 42, II, “F”, da Lei nº 7.014/96.

Por falha do setor responsável pela ciência ao autuado, a intimação do Auto de Infração foi emitida e realizada em nome da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, cuja defesa foi protocolada na repartição fiscal e apensada às fls. 17 a 40 dos autos.

Ao processo, por sua vez, chegou a informação acostada às fls. 56/57 de que o imposto lançado no Auto de Infração se encontrava totalmente pago pelo contribuinte “Empresa Brasileira de Quartzo Ltda.”, envolvendo principal, acréscimos moratórios e multa, conforme se encontra detalhado nos autos, no relatório anexado à fl. 53.

VOTO

No presente processo, por falha do setor encarregado da INFAZ de origem encarregado pela ciência ao autuado, a intimação do lançamento tributário foi dirigida para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, cuja defesa foi protocolada na repartição fiscal e apensada às fls. 17 a 40 dos autos.

Apesar desse equívoco, o contribuinte autuado, mesmo sem ter formalizado uma defesa junto à repartição fiscal, efetuou o pagamento do imposto e dos acréscimos legais.

O referido ato de reconhecimento constitui confissão de cometimento da infração tributária. Com isso, os atos praticados no processo ficam prejudicados, visto que o pagamento do débito fiscal, constitui explícita manifestação de desejo do contribuinte de não ingressar com qualquer medida administrativa para a discussão do lançamento tributário.

Ante o exposto, voto pela EXTINÇÃO do processo administrativo fiscal, devendo, entretanto, ser homologados os valores recolhidos pelo sujeito passivo.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PREJUDICADA** a Defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº **210943.0004/09-6**, lavrado contra **EMPRESA BRASILEIRA DE QUARTZO LTDA.**, devendo o recorrente ser cientificado da presente Decisão e os autos encaminhados à repartição fiscal de origem para fins de homologação do pagamento efetuado, e, após, o arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de fevereiro de 2011.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE/RELATOR

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA